



A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 1/2020

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2020

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1.º Secretário – António Luís Miranda dos Santos Serra

2.º Secretário – Carina Marques Rocha Fernandes

SUBSTITUIÇÕES

Alcino José Rito Lavrador *(Substituído por Anabela Augusto)*

Carlos Alberto António Nabais *(Substituído por José Dias Santos)*

Ramiro Manuel Lopes de Matos *(Substituído por Carlos Alberto Morgado Gomes)*

Joaquim Lourenço da Brázia *(Substituído por Idalina Lopes)*

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula *(Representado pelo Secretário: Miguel João dos Santos Tomé)*

Presidente da Junta de Freguesia de Casteleiro *(Representado pelo Tesoureiro: Vitorino R. C. Fortuna)*

HORA DE ABERTURA: Dezoito horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal



Às dezoito horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27-12-2019 -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 27 de dezembro de 2019. -----

Não havendo inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a ata à votação, em que a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de dezembro de 2020**. Não participaram na votação desta ata os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **1.º Secretário** que, depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do expediente recebido: -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Alcino José Rito Lavrador, tendo sido substituído por Anabela Augusta; -----



➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Carlos Alberto António Nabais, tendo sido substituído por José Dias Santos; -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Ramiro Manuel Lopes de Matos, tendo sido substituído por Carlos Alberto Morgado Gomes; -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Joaquim Lourenço da Brázia, tendo sido substituído por Idalina Lopes; -----

➤ Ofício da Junta de Freguesia de Bismula a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia, Miguel João dos Santos Tomé**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal. -----

➤ Ofício da Junta de Freguesia do Casteleiro a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Vitorino dos Reis Cantinhas Fortuna**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal. -----

➤ **Relatório Anual** da Atividade da CPCJ do Sabugal. -----

➤ **Resposta** sobre Albufeira do Sabugal; açude na aldeia de Malcata; plano de recuperação; valorização e gestão otimizada dos recursos hídricos à Associação Malcata com Futuro. -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos do Ponto III. -----



Foi proposto um voto de pesar apresentado pela bancada de PS: -----

“- Pelo falecimento do senhor José Augusto Vaz, natural da freguesia de Bismula, concelho do Sabugal, foi oficial do quadro permanente do exército e capitão da G.N.R., (aposentado), foi provedor da Santa Casa da Misericórdia da Bismula, foi diretor do jornal Nordeste durante doze anos e colaborador do Jornal Cinco Quinas entre outros jornais. -----

- Pelo falecimento do senhor Rui Adalberto Dias Correia, natural da freguesia de Quadrazais, concelho do Sabugal, comerciante no Sabugal. -----

Ambos Presidentes de junta das suas Freguesias, a saber de Bismula e de Quadrazais e membros da Assembleia Municipal deste concelho pelo Partido Socialista.” -----

A proposta foi colocada à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, **aprovar os Votos de Pesar, seguido de UM MINUTO DE SILÊNCIO.** -----

De seguida o **senhor Presidente da Assembleia** informou que tinha dado entrada na Mesa da Assembleia uma **Moção apresentada pelo Grupo Pelo Grupo da CDU (senhor João Manata e João Manuel Aristides Duarte)** sobre a regionalização, e que se transcreve na íntegra: -----

“A Regionalização é um imperativo há muito adiado de que o País necessita e que se impõe para reforçar a vida democrática, para assegurar uma coerente e eficiente Administração Pública, para criar condições de desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas, respeitando e preservando a autonomia municipal. -----

O que está em causa não é apenas o cumprimento de um imperativo constitucional para a criação do nível regional na Administração do Estado, é verdadeiramente a criação de um instrumento de combate às desigualdades e assimetrias regionais, de concretização do desenvolvimento equilibrado e harmonioso do País e do aprofundamento da democracia com a possibilidade de controlo das decisões políticas pelas populações a quem as mesmas se dirigem. -----

O país precisa da possibilidade de definir, ao nível regional, a estratégia de desenvolvimento que se pretende prosseguir, bem como de estabelecer as prioridades de investimento e mobilização de recursos para o seu cumprimento, com decisões tomadas em cada região por órgãos eleitos pelas populações e perante as quais respondem. -----



A criação das regiões administrativas criaria bases para uma efetiva e sustentada política descentralizadora: dar coerência a uma clara delimitação de atribuições e competências entre os vários níveis da administração (central, regional e local); criar condições para uma política de desenvolvimento regional com a ativa participação das autarquias e dos agentes económicos e sociais; garantir a defesa da autonomia do poder local. -----

Ciclicamente têm-se sucedido iniciativas que apenas nas intenções se aproximam de tentativas de fazer avançar o processo da Regionalização. Umas por falta de conteúdo concreto nesse sentido, outras por persistirem apenas em apresentar soluções baseadas nos limites da desconcentração, a verdade é que não há sucedâneo ou substituo da Regionalização que sirva ao País e aos objetivos de desenvolvimento nacional. -----

Assim: -----

A Assembleia Municipal do Sabugal, reunida no dia 28 de fevereiro de 2020, decide instar as forças políticas na Assembleia da República a iniciar um processo no sentido da instituição das regiões administrativas que garanta uma discussão alargada e tão ampla quanto profunda na sociedade portuguesa.” -----

Após a leitura da Moção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, **aprovar a Moção apresentada**, com quarenta e duas abstenções e seis votos contra. -----

Continuando e na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Depois de cumprimentar os presentes, a senhora **Júlia Bogas**, tomando a palavra disse prescindir do seu tempo a favor do senhor Alexandre Gonçalves. -----



Seguiu-se o senhor **Alexandre Gonçalves**, que após cumprimentar os presentes procedeu à leitura de um texto que se transcreve: -----

“Os Outros Somos Nós. -----

No dia 24 de dezembro de 2019, um amigo, inspetor da Polícia Judiciária da Guarda, solicitou-me que o acompanhasse à localidade de Algodres, no Concelho de Fornos de Algodres. Uma mulher de meia idade tinha sido alegadamente violada por o genro no dia anterior. A alegada vítima residia na casa da filha e do genro. -----

Já no local, e tanto quanto me consegui aperceber, o genro e a filha estavam em parte incerta. Isabel, nome fictício, apresentava, e como era previsível, elevados índices de medo, vulnerabilidade, confusão, inquietação, tristeza e choque. Contudo, e na nossa presença, Isabel sempre demonstrou enorme expectativa acerca da possibilidade de abandonar a casa e todo o contexto cinéreo que viveu. Pedia-nos, de modo enérgico e com as lágrimas nos olhos, que a ajudássemos a sair dali, ou seja, da casa da filha e da localidade onde sempre residiu. Isabel pintava em tons de crença alguns dos seus olhares. Sinceramente é difícil esquecer o rosto de Isabel, carregado de sofrimento, angústia e mágoa. Abracei-me, abraçamo-nos, ao mundo de Isabel num paladar de autêntica cidadania. -----

Acompanhado do inspetor da Polícia Judiciária, e depois de analisar, ainda que epidermicamente, a situação socioeconómica da Isabel telefonei para o Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, Dr. Alexandre Lote. Isabel tinha poucos recursos financeiros e não possuía habitação própria. Alexandre Lote, de quem tenho o prazer de ser amigo, prontamente, e de forma diligente e preocupada, contactou uma técnica do serviço de Ação Social do Município, procurando, assim, solucionar o problema. Seguiram-se, nesse mesmo dia e nos dias posteriores, vários telefonemas entre mim, a técnica do Município e a técnica do Centro Local de Segurança Social. Em estreita colaboração com o Município, o Centro Local de Segurança Social acabou por dar, num curto espaço de tempo, uma efetiva resposta social ao problema, pois Isabel ingressou no Centro Social Paroquial de Dornelas, uma Instituição Particular de Solidariedade Social localizada na Freguesia de Dornelas, Concelho de Aguiar da Beira. Afinal garantimos a Isabel um espaço seguro e com privacidade, no qual as necessidades básicas de saúde e de segurança estavam asseguradas. Neste caso, o destino sobre a sua própria vida pertenceu a Isabel, pois decidiu abandonar a localidade onde sempre viveu. Os olhos de Isabel começaram a deixar de ter um sabor salinizado. -----

Infelizmente a violência sexual é um fenómeno universal, intrincado e multidimensional que provoca desconunsais, perniciosas e pardacentas conseqüências nas suas vítimas e no qual não há ‘limitação’ no que concerne ao sexo, idade, etnia, região ou classe social. O lar devia ser permanentemente degustado como um refúgio de intimidade e de privacidade, mas aquilo que inúmeras vezes acontece

é precisamente o contrário, ou seja, é um espaço de agressividade e de violência, no qual são praticadas verdadeiras violações e atrocidades no seio familiar. Será que o crime de violência sexual é sempre motivado ou estimulado pelo desejo sexual? Será que em variadíssimas ocasiões o mesmo não é motivado pela vontade impiedosa de controlar, humilhar e magoar a vítima? Será que as telas que são verdadeiramente violadas não são as da integridade emocional, psicológica, física e moral? Será que cada vítima não reage e lida com o trauma provocado pela violência sexual tendo em conta as suas próprias especificidades? Será que uma abordagem centrada na vítima que outorgue primazia aos seus direitos, opções e necessidades não constitui uma configuração fundamental? Será que a violência sexual é um destino que a vítima tem que aceitar? -----

Torna-se essencial que os Centros Locais de Segurança Social, em parceria com Municípios, consigam dar respostas sociais céleres, pigmentadas e eficazes tal como esta que presenciei e expliquei. Os outros somos nós!” -----

O senhor **João Manata**, depois de cumprimentar os presentes, sugeriu à Câmara Municipal que intervenha no caminho que liga os Ameais à Barragem do Sabugal. -----

Após saudar os presentes, o senhor **António Gata** abordou a questão da criação das Comunidades intermunicipais referindo que: -----

“Os pressupostos fundamentais que nortearam a criação das comunidades intermunicipais, faz-me potenciar e promover o desenvolvimento da região, otimizar e desenvolver os interesses comuns dos municípios associados, reforçar a identidade da região mediante a articulação de interesses e criação de sinergias que potenciasssem o desenvolvimento coletivo, entre outros. -----

Desde a sua criação, muita água já passou por baixo das pontes que no Sabugal ajudam a transpor o Côa com facilidade, período temporal que, contudo, já foi mais que suficiente para demonstrar cabalmente que muito pouco do que norteou o seu aparecimento passou da teoria à prática. Mas, como em tudo na vida, também tem de haver culpa e culpados. Embora ainda sobrem alguns resistentes, que já serão residuais, que porão em causa que a criação destas comunidades veio dotar os territórios abrangidos, de ferramentas essenciais para promover o desenvolvimento de forma estruturada e a uma escala que por si só cada município que a integra não comporta, a maioria continua convicta de que este é também, caminho adequado para encurtar a distância que nos afasta do Terreiro do Paço. Só que, remarem em sintonia, evitar solavancos e discussões estéreis é coisa que não tem sido conseguida por quem representa as populações abrangidas, sendo pois, sem surpresa se





vai sabendo que algumas autarquias que integram esta comunidade, a nossa, nem sequer assumem as suas responsabilidades no que toca ao pagamento dos encargos que têm para com ela e não menos grave, munícipes, nós conseguimos ter acesso às atas da assembleia intermunicipal para, desta forma, podermos acompanhar a sua atividade. Assim, é com ainda menor surpresa, que de algum tempo a esta parte, se vai ouvindo na comunicação social, por parte de alguns autarcas que integram a nossa comunidade, a vontade de a abandonarem e de se integrarem a outra, a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, que neste momento já não tem o número de habitantes suficientes que a lei determina para a sua constituição, e logo alguns dos que têm maior peso. -----

Quando se fala em que o mais importante é ganhar escala, o cenário que se nos apresenta é nós perdermos escala e perdermos alguma da pouca influência que ainda temos. Sejam os claros, tanto a nossa comunidade, Beiras e Serra da Estrela, como a da Beira baixa, no figurino atual, como num eventual novo figurino que resulte no desmembramento da nossa, no contexto nacional nunca terão peso suficiente para se afirmarem. Então, em vez de se digladiarem em jogos de bastidores e de protagonismos, que em nada nos beneficiam, porque é que os nossos responsáveis não se sentam à mesa, e procuram juntar este imenso território que tem tanto em comum, numa única comunidade e criam escala, como agora tanto gostam de defender e tentam desta forma esbater a distância psicológica que nos separa do Terreiro do Paço, já que a distância física é bem pequena. -----

Exposta esta minha posição, gostava de ouvir o que o senhor Presidente da Câmara tem para dizer a esta assembleia, acerca de tão importante, na minha opinião, tema.” -----

Seguiu-se o senhor **Germano Fernandes** que, depois de cumprimentar os presentes, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara para interpelar sobre a ligação da cidade do Sabugal a Aldeia de Santo António/Sortelha/Santo Amaro apresentando a seguinte justificação: -----

“É uma via de comunicação, é uma estrada que tem cerca de 30 anos, e que em mercê do aumento do tráfego, fundamentalmente para Sortelha, quer nos eventos, quer nos fins de semana, quer nas férias, quer até com a construção do parque eólico de São Cornélio levaram a que o piso se encontre em toda a extensão fissurado, com imensos remendos, com desníveis, com as bermas sem escoamento de águas e, portanto, sem condições de circulação com a segurança necessária. -----

Julgo ser importante a reparação dessa via de comunicação, até porque Sortelha é uma referência no todo nacional, como aldeia histórica e tem participado em programas de televisão e, portanto, importaria equacionar a possibilidade dessa construção desse piso. -----



Sei que isto é uma preocupação do senhor Presidente da Câmara e do respetivo executivo, e dos executivos da União de Freguesias do Sabugal e Aldeia de Santo António e de Sortelha. -----

Em todo o caso, peço ao senhor Presidente da Câmara um comentário sobre qual a posição da Câmara quanto à requalificação deste traçado.” -----

Após as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para dar resposta às questões levantadas. -----

Depois de cumprimentar os presentes, o senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para responder às questões levantadas. -----

Respondendo ao senhor João Manata, o senhor **Presidente da Câmara** disse que iria verificar com a respetiva Junta de Freguesia para que o caminho em questão seja viabilizado para as passagens a pé. -

Quanto à questão levantada pelo Sr. António Gata, relativa ao funcionamento da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse: *“Em primeiro lugar dizer que concordo efetivamente e sempre me debati, até por uma questão de centralidade do Sabugal, que a configuração da nossa CIM devia trabalhar com a Beira Interior Norte e a Beira Interior Sul. A forma como foi espartilhado o território e até porque a nossa comunidade resulta da junção de duas, a antiga Serra da Estrela e a antiga Cova da Beira. Há aqui notoriamente uma divisão física, que é a Serra da Estrela, alguns continuam a dizer que nos une, mas eu entendo efetivamente que às vezes separa. -----*

Falando do funcionamento dos órgãos, sem referir particularidades, a questão que levantou e tem sido referida na comunicação social, alguns municípios da CIM Beiras e Serra da Estrela manifestarem essa vontade de sair. Talvez por não se sentirem confortáveis neste desenho territorial e da forma como por vezes se gere o poder dentro duma organização como esta. -----

Os órgãos aparentemente funcionam, mas, efetivamente há um abandono progressivo de participação nas reuniões dos líderes dos concelhos, que para mim continuam a ser os Presidentes de Câmara. E a verdade é que se nota a ausência sucessiva em várias reuniões dos Presidentes de Câmara, manifestando por aí, creio, bastante desinteresse. -----

Eu diria que a comunidade que foi criada, implementada, baseou-se muito na gestão de fundos, na gestão de um pacto territorial. E eu tenho dito no seio da CIM, que não conseguiu ir mais além do que os fundos comunitários, estas comunidades e esta agregação de municípios devia estar preocupada não apenas com a gestão de dinheiros dos fundos comunitários e dos alinhamentos que a CCDR vai colocando, mas devia coordenar a ação a nível regional, devia estrategicamente posicionar a região e identificar os desafios transversais ao território, e bater-se por eles. -----

Há que reequacionar eventualmente a configuração da CIM's e dar a voz aos municípios. Apesar de todos termos em devido momento validar esta agregação, a Câmara, a Assembleia Municipal, olhando para a prática e no momento de consolidar entendo útil que estas matérias se discutam e se afinem vontades. -----

A forma de nomeação e indicação dos membros da assembleia intermunicipal passar pelas assembleias municipais poderá até ser natural, mas admito que a eleição do Presidente do Conselho Executivo possa ser revista. A exigência do cargo não se compadece com a acumulação de funções na gestão dum Município. Necessita-se de outra disponibilidade e distanciamento.” -----

Em relação à ligação a Sortelha, o senhor **Presidente da Câmara**, em resposta ao Senhor Germano Fernandes, disse que se encontra contemplado no Plano de Atividades. Reiterou ainda que, a nível de estradas municipais, “é a que mais nos preocupa neste momento. Foi feito um levantamento e são necessários 400 mil euros para repavimentar a estrada. É muito dinheiro, e não há fundos comunitários, e, no entanto, estamos a tentar uma outra solução que viabilize a estrada por mais alguns anos e que não seja necessário um esforço financeiro tão elevado.” -----

Findas as intervenções dos membros e as respetivas respostas por parte do senhor Presidente da Câmara, o senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara associada também à questão da Comunidade Intermunicipal: -----

“Como é que avalia as medidas que têm vindo a ser anunciadas recentemente pelo governo, em matéria de valorização do interior, até porque quem está à frente do Ministério agora, é uma pessoa que esteve à frente da CCDR-Centro, e se nessas medidas vê alguma especial preocupação com o nosso Interior. Porque o Interior que eu vi no mapa, assumido pelo Governo, é um Interior que chega à praia. Mas pegando na questão que o António Gata colocou, até porque há membros representantes da Assembleia Municipal na CIM, em que medida é que este conjunto de medidas anunciadas em



Bragança, que papel, por via da CIM e dos seus Presidentes de Câmara, estão medidas em especial para o nosso Interior.” -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Relativamente ao assunto que esteve aqui na última assembleia municipal, é um bom exemplo da forma como funcionam as CIMs. Tiveram razão em não tomar posição porque se na altura foi apresentado aos municípios como sendo uma “urgente necessidade de clarificar”, passado este tempo ninguém seguiu o assunto, ninguém questionou ninguém sobre esta matéria. -----

Falou das dívidas e das transferências do Município do Sabugal para a CIM, nós estamos com as contas em dias, não temos qualquer dívida. Mas também há quatro Municípios que juntos, devem 400 mil euros à CIM. É uma questão de opções e quando as pessoas não cumprem com aquilo que é aprovado e estipulado, a gente também pode colocar aqui alguma dívida relativamente à vontade e à convicção com que os municípios estão neste processo. -----

Relativamente às medidas, por acaso tive oportunidade de ser confrontado, antes da apresentação, pela TSF, a perguntar o que é que eu pensava particularmente das portagens, e eu perguntei se havia algo de novo para comentar, falaram das supostas medidas e eu comentei-lhes que estava farto de medidas simbólicas. O que nós necessitamos é meia dúzia de medidas impactantes e que vão além das boas intenções, medidas que verdadeiramente alterem a situação. A conectividade e a mobilidade das pessoas e das empresas. A qualidade de vida, os serviços públicos essenciais de proximidade devem ser assegurados, pois facilitam a fixação de novos residentes. A especialização funcional dos territórios, dos concelhos obriga a políticas sectoriais intensivas. Entender que há vários interiores e que os territórios rurais devem ter um estatuto especial é fulcral quando se quer fazer um trabalho sério. Se assim não for as medidas são absorvidas pelos territórios mais preparados e com posicionamento geoestratégico de privilégio perante os espaços rurais abandonados. Arriscamo-nos que no confronto direto, o eixo Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Guarda, leve sempre a melhor no contexto da nossa região e que o desígnio da coesão regional não se consiga. Necessário é, que se criasse um ecossistema urbano-rural que construa uma dependência e um trabalho conjunto entre os territórios urbanos e os territórios rurais. Nesse contexto, nós sabemos quais são as nossas capacidades produtivas, as nossas ferramentas de trabalho. -----

Concluindo, deixemo-nos inúmeras medidas avulsas, de confusa interpretação, difícil implementação e duvidoso resultado. Haja um exercício de podermos ter meia dúzia de medidas de impacto para estes territórios. Há uma série de autoestradas no Litoral sem portagens, aqui paga-se; Passes gratuitos ou





com enorme redução em Lisboa e Porto, atiraram-nos com 500 mil euros para a CIM para trabalharmos a mobilidade e os transportes, mas não podemos usar este dinheiro para compensar medidas e custos já assegurados pelos municípios nas suas redes concelhias, indo muito além das suas atribuições. Cada região tem as suas especificidades, as receitas não devem ser iguais para todos. Todos sabemos que a abolição das portagens facilitaria a visitação ao nosso concelho e ajudava as empresas aqui instaladas.....

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia**, para informar que *“a propósito da matéria que não votámos na última assembleia, a transferência de competências da descentralização e da insistência dada pela DGAL e pela CIM, o processo de passagem obrigatória de todos os diplomas da descentralização passou para 2022 e eu não sei se os senhores membros da assembleia se interrogam, mas a resposta é simples, vai haver eleições autárquicas, isto não está a correr bem, e o melhor é passar o problema para depois das eleições, e este é mais um exemplo, o senhor Presidente com certeza não se lembrou, mas deixou de ser urgente, mas eu devia esta informação, e por causa disso, excepcionalmente, se algum dos membros quiser colocar alguma questão neste contexto, eu abro 5 minutos.”* -----

Retomando a palavra, o senhor **João Manata** disse: -----

“A regionalização, e as pessoas esquecem-se disso é um imperativo constitucional, a constituição continua a exigir que se formem as regiões administrativas, e a forma mais democrática de descentralizar isto tudo é, de facto, a regionalização, e mais tarde ou mais cedo, não tenham dúvidas, ela vai-se concretizar. Isso é indiscutível, e o senhor Presidente falou há bocado e muito bem, porque é que não acabam com as portagens? Porque se houvesse um governo regional eleito democraticamente e forte, as exigências podiam ser outras, e eram ouvidas de outra maneira.” -----

Seguiu-se a senhora **Marisa Martins** que, após cumprimentar os presentes, questionou o senhor Presidente da Assembleia se se encontravam num comício do PSD. *“Na qualidade de senhor Presidente da Assembleia, se queria criticar as medidas do Governo, fazia uma intervenção ao início. Arranjou maneira de ir bater àquilo que estava mortinho que alguém falasse aqui, como ninguém falou, contornou e falou.”* -----

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse *“percebi que não se arranjou medidas para gastar o dinheiro. Quem é que seriam os proponentes dessas medidas para se poder gastar esse dinheiro? Como é que se podia arranjar propostas para se gastar esse dinheiro?”* -----



O senhor **Vítor Cavaleiro**, após cumprimentar os presentes, tomou a palavra para dizer que “*estamos a discutir aquilo que praticamente já não é discutível, relativamente às CIM's, relativamente a determinados problemas de regionalização ou descentralização.* -----

Como temos tempo, coloco uma questão para refletirmos. No âmbito do plano Portugal Logístico, que o Governo tem sobre a mesa e que traduz a orientação estratégica nacional na área da logística, foi assumido, como sabem, um papel de relevo na promoção e adequação das infraestruturas viárias, que garantem as respetivas acessibilidades e funcionam como estímulo na operacionalização de soluções de maximização e de benefícios multimodais, como por exemplo, ligações do nosso concelho às terras vizinhas de Espanha, do nosso concelho a uma A23, do nosso concelho à Guarda, através de redes de estradas regionais, municipais e nacionais. Queria colocar aqui um debate sério, mas de facto, em termos de acessibilidades deste município. Porque reparem, está a decorrer infraestruturas por todos os municípios, ligando, já houve projetos, já fecharam, e agora estão novamente na senda do dia por questões de coesão social e territorial. Aproveitando esta leva de coesão social e territorial, acho que era de nos debruçarmos com pontos fulcrais para sairmos deste impasse, acessibilidades para o concelho do Sabugal. Porque, se tivermos acessibilidades boas, trazemos atratividade, trazemos fixação de populações. Não é para responderem já, é para nós debatermos um assunto quando houver tempo como hoje, porque se tivermos oportunidade e as ganharmos, de certeza absoluta que ganhamos território e ganhamos um momento novo de desempasse para este concelho. Estou a tentar colaborar, não estou a questionar nada, porque temos potencialidades endógenas, agora estamos a ficar confinados. E estou a pensar, para todos juntos pensarmos em desbloquear esta recente realidade que tem o Sabugal neste momento. -----

O senhor **Presidente da Câmara**, em resposta à intervenção da senhora Marisa Martins, disse: -----

“O decreto-lei estabelece quais são as medidas ou o que é que se podia efetivamente colocar como ação de melhoria relativamente aos transportes. De qualquer forma, os municípios e as CIM's é que têm de encontrar as formas de melhoria. O que acontece no Sabugal é que aqueles projetos que seriam interessantes para o Sabugal, que era criar a mobilidade entre as aldeias e a sede de concelho, nós já temos no projeto 'A Carreira', e como vocês sabem, isso traz-nos um enorme esforço financeiro junto das operadoras Viúva Monteiro e Transdev, que gastamos à volta de 600 mil euros em compensações, por termos esse projeto.....





A fatia do pacote financeiro para facilitar a acessibilidade dos munícipes à rede de transportes só pode ser alocada a novas medidas. Quero apenas dizer-vos que não nos é permitido alocar esta verba a soluções já apoiadas neste momento pelo Município. -----

Em resposta ao senhor Vítor Cavaleiro, o senhor **Presidente da Câmara** concordou com o mesmo relativamente ao debate necessário, acrescentando que está já na ordem do dia o debate sobre as opções do novo quadro comunitário e as agendas das acessibilidades, da conectividade e do digital, da sustentabilidade, da eficiência na utilização dos recursos, são apropriadas pela União Europeia, por Portugal, pela Região Centro, pela CIM BSE, e obviamente pelo Município do Sabugal. Devemos estar atentos para não perdermos o rumo. -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia**, em relação à intervenção da senhora Marisa Martins, esclareceu: -----

“Querida dizer três coisas de uma maneira muito frontal. -----

Quando eu critiquei, e critico, a questão da descentralização, saiba vossa excelência que a descentralização que estou a falar, foi aprovada pelo PS e pelo PSD, portanto, tanto critico o ‘meu partido’, como quem governa. Este processo de descentralização foi aprovado, aliás, por uma comissão onde estive, o ex-presidente da Câmara Municipal da Guarda, Álvaro Amaro, a negociar em nome do PSD. Portanto, foi negociada pelos dois partidos. -----

A neutralidade tem a ver com a medida e não com o partido. Presidente da Assembleia mantém a crítica sobre o processo de descentralização nesta e noutras assembleias. -----

A segunda nota que lhe queria dizer, é que eu não lhe aceito nenhuma lição de moral, porque se a senhora enquanto membro da assembleia tem direito a ter opinião, e a votar, o Presidente da Assembleia tem direito ao mesmo: a ter opinião, a votar, consoante a sua liberdade e apreciação. Por isso, não lhe confere a si nenhuma autoridade suplementar. Sou tão membro da assembleia como é vossa excelência. -----

A terceira nota tem a ver com o “comício. Se interpreta as minhas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara como um comício, só lhe posso lembrar, não sei se estava cá ou não, que a tentativa da sua bancada em destituir o Presidente da Assembleia, isso sim é que foi um comício. -----

Em síntese: qualquer membro desta assembleia tem a mesma autoridade que qualquer outro. Não negue ao Presidente da Assembleia que tenha opinião, e que na base dessa opinião a possa expor.





ORDEM DO DIA

PONTO 1 – NOMEAÇÃO PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DA PROTEÇÃO CIVIL -----

Não havendo inscrições para este ponto, pelo senhor **Presidente da Assembleia** colocou este assunto colocado a votação, tendo a **Assembleia Municipal**, face à informação n.º 116, datada de 09-01-2020, referente a nomeação para a Comissão Municipal da Proteção Civil, **deliberou**, por escrutínio secreto, designar o Presidente da Junta da União de freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas, o senhor Pedro Ferreira para integrar a Comissão Municipal da Proteção Civil, tendo sido apurado o seguinte resultado: -----

Lista A (Presidente da Junta de Freguesia de Rendo – Vítor Lourenço Alves) – Proposto pelo PS: 24 -

Lista B (Presidente da União de Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas – Pedro Ferreira) – proposto pelo PSD: 35 -----

Votos em branco: 01 -----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DO CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DO SABUGAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Junta da Freguesia de Cerdeira**, Filipe Mendes, que após cumprimentar os presentes disse: -----

“Sobre este Código de Posturas, é apenas um desejo, fiz umas sugestões sobre este código. Aquilo que espero efetivamente é que este código venha ajudar na implementação de algumas medidas nas freguesias, nomeadamente nas áreas em que está previsto, e que nos possa ajudar, muitas vezes temos alguns problemas para resolver algumas questões, e pode ser que com este código as consigamos implementar.” -----

Seguiu-se o senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, Carlos Borregana: -----

“Cumprimento todos os presentes, -----

Estamos hoje aqui para votar o código de posturas do município do Sabugal que, é, também, o código de posturas das nossas freguesias. Antecipo desde já o meu voto de aprovação, mas queria partilhar





com os presentes alguns considerandos. -----

Só para contextualizar dizer que as posturas municipais, ou das freguesias, são, no seio do nosso ordenamento jurídico, portanto no conjunto de todas as leis vigentes no nosso território, as normas que se encontram na base da pirâmide hierárquica. Acima delas estão despachos, portarias, decretos lei, leis, tratados internacionais e, no topo, a lei da constituição portuguesa. -----

Ora esta posição das posturas não significa, necessariamente, que elas são menos importantes que as demais, mas, apenas, que lhe devem obediência. O seu valor e as suas características, em concreto, são exatamente iguais: elas são, portanto, bilaterais, gerais, abstratas, imperativas e coercivas. -----

As posturas gozam ainda de uma especificidade territorial, neste caso, o território do concelho do Sabugal e dão-nos a possibilidade de criar um ambiente que vá de encontro aos anseios da nossa comunidade sempre em obediência às demais normas. -----

Partindo então do pressuposto desta igualdade não devemos permitir que subsistam, neste código, normas que por qualquer razão não sejam passíveis de ser implementadas com eficácia. Entenda-se - que sejam entendidas, cumpridas e que seja sancionado o respetivo incumprimento ou que pelo menos se faça um caminho para que tal fim possa ser atingido. -----

É para mim claro que o pior vício de que pode padecer o sistema jurídico é permitir a existência de normas em relação às quais haja uma ideia generalizada de incumprimento. -----

Assim, exorto, o executivo e também todos os presidentes das freguesias, a um esforço não só para a publicitação, mas também para a necessária explicação das vantagens da observação do presente código. -----

De uma leitura rápida deste código destaco dois exemplos que ilustram esta minha preocupação: ----

-a b) do art.º 34 que tipifica coimas relativas ao designado no nº1 do art.º 33 relativas à proibição de divagação na via pública de gatos. Esta norma, tendo em conta a realidade da nossa comunidade, será, para já, muito difícil de fazer cumprir até porque está de certa forma dependente do cumprimento de outras normas relativas ao registo destes animais. Portanto aqui estamos perante a uma dificuldade prática da própria fiscalização. -----

-como exemplo da existência de uma ideia generalizada e de uma perceção de que determinada conduta não é grave e nem sequer é proibida temos o nº2 do art.º 37 que se refere à afixação de cartazes em edifícios ou estruturas publicas (contentores, postes, árvores, etc). Esta prática está por demais enraizada e não será fácil acatar esta proibição. -----

Termino insistindo na ideia que não pode haver no ordenamento jurídico leis cuja perceção seja a de

não cumprimento. Permitir isto é a mesma coisa que colocar uma maçã podre num cesto de fruta fresca, todos sabemos o resultado que isto dá. -----

Muito Obrigado a todos.” -----

Para terminar, o senhor **Germano Fernandes**, tomou a palavra para referir: -----

“Tem a ver com o que dispõe o artigo 49.º, que diz ‘entrada em vigor – o presente Código de Posturas entra em vigor no dia seguinte à sua publicação na II Série em Diário da República.’. Não me parece que isto seja muito correto porque a grande maioria dos cidadãos não sabe em que dia, por não terem acesso ao Diário da República. -----

Por outro lado, lendo os vários capítulos do Código de Posturas, nos vários itens, é muito pormenorizado, tem muitas normas a observar, e a grande maioria das pessoas, por certo, não vai no dia de entrada em vigor, com a publicação em Diário da República, conhecer essas normas. -----

Portanto, parece-me que haveria de haver um espaço de tempo entre a publicação e a entrada em vigor, que possibilitasse a divulgação das nossas comunidades do Código de Posturas e que levasse ao conhecimento das normas que dele constam, e que dizem respeito aos nossos concidadãos. -----

Portanto, se for possível, propunha que a entrada em vigor fosse 60 dias após a publicação em Diário da República.” -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que em resposta disse: -----

“Este Código de Posturas não é invenção nossa ou dos nossos técnicos. É naturalmente construído à imagem de outros documentos similares adotados por Município como o nosso. Tentamos não esquecer situações e agregar o mais vasto leque de respostas, cientes das debilidades que o senhor Presidente da Junta do Baraçal muito bem referiu, e que nos obriga a priorizar pois sabemos todos, por experiência, que uma coisa é fazer regulamentos outra coisa é fazê-los cumprir e fiscalizar. -----

Relativamente àquilo que disse o Sr. Germano, a resposta muito simples do Presidente da Câmara seria que isto esteve em discussão pública, os aportes que foram chegando, foram introduzidos, tem toda a lógica por aquilo que referiu. Em relação à nota do Diário da República, este documento para chegar aqui já passou por uma série de filtros, discussão pública, Reuniões de Câmara, não é possível neste momento. Devemos fazer um esforço de publicitação logo que seja publicado, e é evidente que a atuação da fiscalização, que é um problema que vai ocorrer, terá que ser pautada por uma sensatez



enorme, que de facto se percebe que há aqui um natural período transitório para aplicação do Código e das medidas. Publicitá-las e priorizá-las tendo em conta a seu impacto é primordial.” -----

Para terminar, o senhor **Presidente da Assembleia** disse: -----

“Uma nota mais política da Assembleia, quem delibera sobre a aprovação do Código é a Assembleia, e portanto, muitas das que são as anotações aqui feitas no Código de Posturas, que quem leu com atenção tem coisas um pouco anacrónicas e um bocado esquizofrénicas até, como por exemplo recolher água de um lago, e coisas assim, manifestamente impossíveis de garantir o seu cumprimento e fiscalização. -----

A interpretação que faço do Código de Posturas é de mais uma espécie de revelação de aspetos que estão ligados à cidadania e que envolveria, a meu ver, e é uma recomendação que faço ao senhor Presidente, que as próprias juntas se fossem envolver, mas que fossem priorizados aspetos. Porque quem ler o código, ele tem efetivamente muitos artigos, e a maioria deles são impraticáveis na sua aplicação. Mas que houvesse uma hierarquia daquilo que é mais importante e mais castrador para a paisagem. Está aqui um artigo que proíbe cortar ramos, mas depois há outro que autoriza cortar os ramos. Portanto, são um bocado paradoxos, mas para um município que possa ter uma cidadania mais ativa que peça uma priorização do que é mais importante e que as juntas também pudessem ajudar. -

Eu já vi muitos membros na assembleia, nestes sete anos, a fazerem perguntas ao senhor Presidente sobre muitas matérias desta natureza, aliás, o Manata é um dos principais atentos. -----

Mas acho que a própria assembleia também não pode aprovar por aprovar, temos de ter uma atitude mais interventiva, para que também se possa tirar daqui alguma coisa, porque isto não é um código inerte. -----

Percebe-se a sua abrangência, mas para que o concelho possa beneficiar de uma cidadania mais ativa, também tem de se priorizar aquilo que é mais determinante, e não ir fiscalizar isto tudo, isto é impossível de fiscalizar tudo.” -----

Não havendo mais inscrições para intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a **Assembleia Municipal**, face à informação n.º 790, datada de 17-02-2020, referente ao Projeto do Código de Posturas do Município do Sabugal, **deliberou**, por maioria, com duas abstenções, **aprovar o Código de Posturas do Município do Sabugal.** -----



A

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **João Manata** que interveio para justificar que as abstenções se devem ao facto de *“tal como os senhores disseram, é uma coisa tão complicada. E como não é para cumprir a maior parte delas, como neste país é assim mesmo, fazem as coisas muito complicadas quando se podiam fazer mais simples, e era mais fácil de cumprir.”* -----

PONTO 3 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

O **senhor Presidente da Assembleia** tomou a palavra para dizer questionar se alguém pretendia intervir em relação a algum ponto da atividade municipal. -----

Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte. -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto o **senhor Presidente da Assembleia** perguntou se, de entre os munícipes presentes, algum pretendia intervir. -----

Tomando a palavra, o senhor **Pedro Antunes** cumprimentou os presentes e disse: -----

“A minha intervenção só peca por extemporânea, e a indisponibilidade para ver o que foi publicado nas atas da assembleia também não é muito, mas tem a ver com uma intervenção minha que foi omitida na sessão de 28 de fevereiro de 2018. -----

De qualquer modo fica apenas este reparo, não sei se há possibilidade de corrigir. Aliás, não foi só a minha intervenção, foi a minha e depois, evidentemente, a resposta do senhor Presidente da Câmara. Não sei se há possibilidade de corrigir este erro, ou então certamente, foi lapso tecnicamente, e não foi possível verificar esta minha resposta.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** aferiu que iria averiguar, “*mas passados 2 anos, se é certa a data que me referiu da sua intervenção, é estranho como é que 2 anos depois está a alertar para uma situação dessas.*” -----

Respondendo ao senhor Pedro Antunes, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que “*a função dos membros da Assembleia, quando aprovam uma ata, como deve imaginar, não é validar quem, quando, quantos intervieram, a que horas e o que disseram, essa não é função da Assembleia. Poderá dizer que é função dos serviços e da mesa, e posso assumir, enquanto Presidente da Assembleia o facto de isso ter passado, e não devia ter passado. Agora, da Assembleia não, nenhum membro da Assembleia é responsável por isso. Por garantir a fidelidade daquilo que está, é quem faz a intervenção. Neste caso, competia-lhe a ‘si’ exigir que isso estivesse lá.* -----

Já houve vários processos dessa natureza, não na totalidade, mas em parte, porque as atas não podem refletir na íntegra, e, portanto, são, como sabe, ajustadas. E a assembleia, os 61 membros, não têm culpa de não estar lá a sua intervenção. A assembleia não tem nenhuma responsabilidade sobre isso, tem a mesa. Se quiser dirigir-se à mesa por não ter garantido a sua intervenção é outra coisa. O facto de ter passado 2 anos é que me deixa um pouco estranho vir à Assembleia requerer isso. -----

A ata está aprovada, se quiser fazer um requerimento para apensar a ata à sua intervenção, tem de o fazer oficialmente ao Presidente, e depois verei junto dos serviços isso.” -----

Não tendo havido mais inscrições e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram dezanove horas e quarenta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor **Presidente da Assembleia**, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia, _____


Manuel Augusto Meirinho

A Assistente Técnica, Vânia Martins Filipe

Vânia Martins Filipe

